

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM OPERADORES DE TRANSPORTE

Entre:

1.ª Ecopilhas – Sociedade Gestora de Resíduos de Pilhas e Acumuladores, Lda., com sede na Rua Padre Américo, n.º 19, letra D, Escritório D, 1600-548 Lisboa, com o capital social de 60.000 euros, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e pessoa coletiva 505772213, neste ato representada por Eurico da Costa Cordeiro, na qualidade de procurador, com poderes para o ato, adiante designada por “Ecopilhas”;

E

2.ª. (Designação Social do Operador de Transporte), com sede em (...), com o capital social de Euros, matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o número único de matrícula e pessoa coletiva (...), neste ato representada por (...), na qualidade de (...), com poderes para o ato, adiante designado por “Segundo Contraente”;

Considerando que:

1. O Decreto-Lei n.º 6/2009, de 6 de janeiro, que estabeleceu o regime de colocação no mercado de pilhas e acumuladores e o regime de recolha, tratamento, reciclagem e eliminação dos resíduos de pilhas e de acumuladores, foi alterado pelos Decretos-Lei n.ºs 266/2009, de 29 de setembro, 73/2011, de 17 de junho e 173/2015, de 25 de agosto;
2. A partir de 1 de janeiro de 2018, entrou em vigor o Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro (adiante, “DL 152-D/2017”), que veio estabelecer o novo regime jurídico a que fica sujeita a gestão de determinados fluxos específicos de resíduos, entre os quais se encontra o fluxo específico de resíduos de pilhas e acumuladores, revogando o citado Decreto-Lei n.º 6/2009;
3. Por Despacho n.º 11275-B/2017, do Senhor Secretário de Estado do Ambiente, de 19 de dezembro de 2017, publicado no Diário da República 2.ª Série, n.º 245, de 22 de dezembro de 2017, foi atribuída uma nova licença à Ecopilhas para exercer a atividade de gestão de um Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Pilhas e Acumuladores, abrangendo resíduos de pilhas e acumuladores portáteis e de resíduos de pilhas e acumuladores industriais, incluindo aquelas que possam ser utilizadas em equipamentos elétricos e eletrónicos e/ou em quaisquer outros equipamentos ou aparelhos, válida de 01.01.2018 até 31.12.2021;
4. O n.º 3 do Despacho n.º 11275-B/2017 dispõe que a Ecopilhas deve proceder à celebração de novos contratos com os intervenientes do Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Pilhas e Acumuladores, até 30.06.2018, entrando os novos contratos em vigor a partir de 01.07.2018 e caducando os anteriores na mesma data;
5. O transporte rodoviário e ferroviário de mercadorias perigosas é regulado pelo Decreto-Lei n.º 41-A/2010, de 29 de abril, alterado pelos Decreto-Lei n.º 206/2012, de 31 de agosto, Decreto-Lei n.º 19-A/2014, de 7 de fevereiro, Decreto-Lei n.º 246-A/2015, de 21 de outubro e Decreto-Lei n.º 111-A/2017, de 31 de agosto (adiante, “Decreto-Lei n.º 41-A/2010”), do qual fazem parte o Anexo I, que corresponde à “Regulamentação do Transporte de Mercadorias Perigosas por Estrada” e o Anexo II, que corresponde à “Regulamentação do Transporte de Mercadorias Perigosas por Caminho de Ferro”;

Ecopilhas – Sociedade Gestora de Resíduos de Pilhas e Acumuladores, Lda

Rua Padre Américo, 19D – Escritório D

1600-548 – Lisboa

Tlf: +351 217 252 010 / Fax: +351 217 252 019

Email: geral@ecopilhas.pt

NIPC: PT505772213

Capital Social: €60,000

Cons. Registo Comercial de Lisboa – nº PT505772213

www.ecopilhas.pt

6. As disposições dos referidos Anexos I e II têm a mesma redação que, respetivamente, as correspondentes disposições do Acordo Europeu Relativo ao Transporte Internacional de Mercadorias Perigosas por Estrada (adiante, "Acordo ADR" ou apenas "ADR") e do Regulamento Relativo ao Transporte Ferroviário Internacional de Mercadorias Perigosas (adiante "Regulamento RID" ou "RID");
7. O transporte marítimo de mercadorias perigosas deve obedecer aos requisitos estabelecidos no Código IMDG da IMO e o transporte aéreo de mercadorias perigosas deve observar as regras contidas nas Dangerous Goods Regulations da IATA;
8. O transporte de resíduos encontra-se especificamente regulado na Portaria n.º 145/2017, de 26 de abril (adiante, "Portaria n.º 145/2017"), que estabelece as regras aplicáveis ao transporte rodoviário, ferroviário, marítimo e aéreo de resíduos em território nacional e cria a Guia Eletrónica de Acompanhamento de Resíduos (adiante, "e-GAR");
9. Os movimentos transfronteiriços de resíduos entre Estados Membros ou entre Estados Membros e países terceiros (adiante, "MTR") devem obedecer ao preceituado no Regulamento (CE) n.º 1013/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de Junho de 2006 (adiante, "Regulamento (CE) n.º 1013/2006"), que estabelece procedimentos e regimes de controlo relativos a transferências de resíduos, de acordo com a origem, o destino e o itinerário dessas transferências, o tipo de resíduos transferidos e o tipo de tratamento a aplicar aos resíduos no seu destino, e cuja exequibilidade na ordem jurídica nacional se encontra assegurada pelo Decreto-Lei n.º 45/2008, de 11 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 23/2013, de 15 de Fevereiro (adiante "Decreto-Lei n.º 45/2008");
10. O Segundo Contraente exerce atividades que lhe conferem a qualidade de operador de recolha e transporte de resíduos de pilhas e acumuladores portáteis e / ou industriais e encontra-se devidamente licenciado para exercer essa actividade;

É livremente e de boa-fé celebrado o presente **Contrato de Prestação de Serviços com Operadores de Transporte**, que se regerá pelos termos e condições constantes das Cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

(Definições)

Para efeitos do presente Contrato, consideram-se aplicáveis as definições constantes do artigo 3.º do DL 152-D/2017, do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 41-A/2010 e do artigo 2.º do Regulamento (CE) n.º 1013/2006, que aqui se dão por integralmente reproduzidas.

Cláusula Segunda

(Objeto da Prestação de Serviços)

1. Pelo presente Contrato, o Segundo Contraente, na qualidade de Operador de Transporte de Resíduos, obriga-se a prestar à Ecopilhas os serviços de transporte de pilhas e acumuladores usados, descritos no Anexo I ao presente e que dele faz parte integrante.
2. Cada serviço ou conjunto de serviços de transporte será objecto de uma solicitação escrita da Ecopilhas, enviada com a antecedência adequada, onde serão transmitidas todas as informações relevantes sobre o transporte pretendido.

Cláusula Terceira

(Obrigações do Segundo Contraente)

1. O Segundo Contraente, como operador de transporte de resíduos, obriga-se a obter e manter válidas ao longo da vigência do presente Contrato, todas as autorizações e licenças necessárias para executar os serviços solicitados no presente Contrato.

2. O Segundo Contraente deverá prestar os serviços contratados de forma continuada, sem interrupções, ao longo da vigência do presente Contrato.
3. Na realização das operações de transporte contratadas, o Segundo Contraente obriga-se a:
 - a. realizar o transporte de modo a proporcionar as melhores condições para preparação para reutilização, reciclagem e confinamento de substâncias perigosas contidas nos resíduos;
 - b. Cumprir as normas aplicáveis ao transporte, nacional e internacional, de mercadorias perigosas, rodoviário, ferroviário, marítimo e aéreo, consoante o tipo de transporte em causa, designadamente as normas previstas no [Decreto-Lei n.º 41-A/2010](#), de 29 de abril, e nas normas internacionais constantes do Acordo ADR, Regulamento RID, Código IMDG e DGR da IATA;
 - c. Cumprir as normas específicas aplicáveis ao transporte de resíduos previstas na Portaria n.º 145/2017, nomeadamente cumprir a obrigação de registo electrónico do transporte de resíduos, através da guia de acompanhamento de resíduos electrónica;
 - d. Cumprir a legislação aplicável aos Movimentos Transfronteiriços de Resíduos (MTR), constante do Regulamento (CE) n.º 1013/2006 e do Decreto-Lei n.º 45/2008, de 11 de Março .

Cláusula Quarta

(Guia Eletrónica de Acompanhamento de Resíduos)

O Segundo Contraente obriga-se, em particular, a cumprir os requisitos a observar no transporte, estabelecidos no n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 145/2017, e as obrigações do transportador relativamente às Guias Eletrónicas de Acompanhamento de Resíduos (e-GAR), previstas na mesma Portaria n.º 145/2017, designadamente:

- a. Garantir o acompanhamento do transporte por uma e-GAR;
- b. Confirmar o correto preenchimento das e-GAR em momento prévio ao transporte dos resíduos;
- c. Disponibilizar as e-GAR, sempre que solicitado pelas autoridades competentes durante o transporte devidamente autorizado pela Ecopilhas;
- d. Conservar as e-GAR, em formato físico ou eletrónico, durante um período de 5 anos, mesmo que este termine após o período de vigência do presente contrato;
- e. Facultar as e-GAR, sempre que solicitado pelas autoridades competentes em matéria de resíduos e de transporte de mercadorias.

Cláusula Quinta

(Documentos de Acompanhamento de MTR)

1. Sempre que as transferências de resíduos de pilhas e acumuladores contratadas estejam sujeitas ao procedimento de notificação e consentimento ao abrigo do Regulamento (EC) 1013/2006, o Segundo Contraente obriga-se a acompanhar em permanência o transporte pelo documento de acompanhamento e pelas cópias do documento de notificação, desde o momento em que sai das instalações do produtor de resíduos até à sua chegada à instalação de eliminação e / ou de valorização noutro país.
2. Os resíduos de pilhas alcalinas, zinco carbono e NiMH não estão sujeitos aos procedimentos de notificação e consentimento, mas apenas às obrigações de informação previstas no artigo 18.º do Regulamento 1013/2006, pelo que o respectivo transporte deve ser acompanhado apenas pelo Formulário constante no Anexo VII do Regulamento.

Cláusula Sexta

(Obrigações da Ecopilhas)

1. A Ecopilhas é responsável pelas operações prévias de acondicionamento e preparação das pilhas e acumuladores usados para transporte, obrigando-se a observar nessas operações todas as regras e requisitos previstos na legislação nacional, comunitária e internacional aplicáveis a cada caso.

2. A Ecopilhas obriga-se ainda a:

- a.** Informar com uma antecedência razoável, o Segundo Contraente sobre a quantidade de Pilhões (caixas de cartão para o acondicionamento de pilhas e acumuladores usados) a recolher, o endereço do ponto de recolha e o endereço do destinatário;
- b.** Transmitir ao Segundo Contraente, com uma antecedência razoável, todas as informações pertinentes e relevantes para o cumprimento integral, pelo Segundo Contraente, das disposições dos diferentes regulamentos de transporte de mercadorias perigosas (ADR, RID, IMDG, DGR da IATA), bem como do Regulamento n.º 1013/2006, consoante o aplicável ao caso, designadamente, quantidades e características das pilhas e acumuladores usados, endereço de recolha e identificação e endereço de destinatário.
- c.** Preencher ou obter, consoante o caso, e entregar ao Segundo Contraente, de acordo com a Portaria n.º 145/2017, de 26 de abril, as Guias Eletrónicas de Acompanhamento de Resíduos (eGAR) ou, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 1013/2006, os Documentos de Notificação e Acompanhamento de cada transporte ou o Formulário do Anexo VII do citado Regulamento, consoante o aplicável.

Cláusula Sétima
(Visitas e Auditorias)

- 1.** A Ecopilhas tem o direito de visitar qualquer local onde os serviços do Segundo Contraente estejam a ser prestados. As visitas podem ter lugar a qualquer momento, em horário de expediente, e desde que sejam precedidas de aviso enviado com antecedência adequada, diente, por correio eletrónico ou telefone.
- 2.** Durante a visita, o Segundo Contraente é obrigado a providenciar à Ecopilhas o acompanhamento por parte de um membro do seu *staff*, de forma a permitir acesso às suas instalações.
- 3.** A Ecopilhas tem ainda direito a realizar auditorias, através de entidades independentes, com o objetivo de verificar a qualidade e veracidade das informações transmitidas pelo Segundo Contraente. A auditoria consiste na visita ao estabelecimento do Segundo Contraente para verificar se as instalações, equipamento, processos e documentação estão em conformidade com a legislação aplicável ao transporte de resíduos, com a Licença da Ecopilhas, e demais obrigações previstas na lei.
- 4.** O Segundo Contraente compromete-se a providenciar o acesso da entidade auditora às suas instalações, sistemas e documentação relativos à prestação de serviços contratada com a Ecopilhas.
- 5.** Os relatórios das auditorias realizadas serão remetidos ao Segundo Contraente pela Ecopilhas no prazo de cinco dias a contar da respetiva receção da entidade auditora.
- 6.** No caso de incumprimento do n.º 4 da presente Cláusula, a Ecopilhas terá o direito à resolução do presente Contrato, com justa causa e com efeitos imediatos.

Cláusula Oitava
(Subcontratados do Segundo Contraente)

- 1.** O Segundo Contraente pode subcontratar a prestação dos serviços objecto do presente contrato, sendo totalmente responsável pela seleção de qualquer entidade subcontratada.
- 2.** Sem prejuízo do disposto no n.º 1 antecedente, a Ecopilhas tem o direito de recusar, no seu entendimento, a prestação de serviços de qualquer operador subcontratado, informando o Segundo Contraente por correio registado com uma antecedência mínima de 30 dias.
- 3.** O Segundo Contraente é responsável pela execução dos serviços pelo subcontratado, respondendo por qualquer incumprimento dos termos do presente Contrato por parte da entidade subcontratada.
- 4.** O Segundo Contraente deverá assegurar, por via contratual, que as obrigações que resultem deste Contrato sejam também cumpridas pela entidade subcontratada, prevendo, no contrato a celebrar com o subcontratado, o seu direito a realizar auditorias às entidades subcontratadas, com o objetivo de verificar a qualidade e veracidade das informações transmitidas.

5. O Segundo Contraente deverá enviar os relatórios resultantes das auditorias referidas no n.º 4 antecedente à Ecopilhas, no prazo máximo de cinco dias a contar da respectiva receção.

Cláusula Nona (Faturação)

1. Pela prestação dos serviços objecto do presente Contrato é devida a remuneração prevista no **Anexo II**, que faz parte integrante do presente contrato.
2. A Ecopilhas não fará qualquer pagamento de operações de transporte realizadas pelo Segundo Contraente que não estejam incluídas na solicitação de serviços e que não tenha sido previamente aprovada pela Ecopilhas.
3. Caso o Segundo Contraente não tenha capacidade de prestar os serviços acordados, este deverá reembolsar a Ecopilhas no valor do custo de pesquisa e implementação de uma solução alternativa.
4. Os serviços prestados pelo Segundo Contraente deverão ser faturados à Ecopilhas mensalmente, na última semana do mês seguinte àquele em que os mesmos foram prestados e pagos no prazo de 60 dias a contar da respectiva emissão.
5. As faturas reportar-se-ão aos serviços prestados entre o primeiro e o último dia de calendário do mês anterior e terão como base as quantidades constantes dos documentos necessários ao transporte de resíduos de pilhas e acumuladores, as e-GAR ou os Documentos de Acompanhamento dos MTR.
6. Se o pagamento por parte da Ecopilhas não for efetuado dentro do prazo de pagamento previsto, por outra razão que não a falha do Segundo Contraente na faturação à Ecopilhas ou a incapacidade deste de executar os serviços contratados, o Segundo Contraente tem o direito de suspender a prestação dos seus Serviços até à data do pagamento integral das quantias em dívida, devendo, para tanto, enviar à Ecopilhas um pré-aviso com pelo menos 30 dias de antecedência relativamente à data da suspensão.

Cláusula Décima (Confidencialidade)

1. Sem prejuízo de obrigação a que possa estar sujeita por ato administrativo ou judicial ou para cumprimento de obrigação legal, a Ecopilhas compromete-se a guardar e a assegurar a confidencialidade de todos os dados fornecidos pelo Segundo Contraente.
2. O dever de confidencialidade referido no número anterior manter-se-á mesmo após cessação, a qualquer título, do presente Contrato.
3. O presente dever de confidencialidade é aplicável a qualquer membro dos órgãos sociais da Ecopilhas.
4. Para melhor garantir os objetivos expressos nos números anteriores, a Ecopilhas poderá contratar uma entidade externa, independente e de idoneidade reconhecida, para desempenhar as funções de recolha de informação e de faturação previstas no presente Contrato, obrigando-se a celebrar com esta entidade externa um acordo de confidencialidade.

Cláusula Décima Primeira (Duração)

1. O presente Contrato entra em vigor em 1 de Julho de 2018 e terá uma duração coincidente com o período de vigência da licença atribuída à Ecopilhas identificada no Considerando n.º 3 antecedente, ou seja, é válido até 31 de Dezembro de 2021.
2. O presente Contrato renova-se automaticamente no caso de o prazo de vigência da licença da Ecopilhas ser prorrogado, ou no caso de a referida licença ser renovada, nos termos da lei, por períodos sucessivos de duração idêntica à da prorrogação, prorrogações ou renovação da licença, consoante o aplicável, salvo se for denunciado, rescindido ou revisto, nos termos previstos na Cláusula Décima Quarta do presente Contrato, sem qualquer penalização.

Cláusula Décima Segunda

(Caducidade do Contrato)

1. A vigência do presente Contrato fica condicionado à vigência da licença identificada no Considerando n.º 3 antecedente e à manutenção da qualidade de Operador de Transporte pelo Segundo Contraente.
2. No caso de deixar de se verificar qualquer uma das duas condições referidas no n.º 1 antecedente, designadamente por desistência, suspensão, cassação, revogação ou não renovação da licença da Ecopilhas, o presente Contrato caduca com efeitos imediatos, sem prejuízo da obrigação de ambas as Partes comunicarem à outra, com a antecedência adequada, a ocorrência de qualquer facto que origine tal não verificação.

Cláusula Décima Terceira

(Rescisão, Denúncia e Revisão do Contrato)

1. Qualquer uma das Partes pode denunciar o presente Contrato no termo do seu período inicial de vigência ou da renovação em curso, mediante comunicação escrita enviada à outra Parte por correio registado com aviso de receção com uma antecedência mínima de 30 dias.
2. A partir do primeiro ano de vigência, o presente Contrato pode ainda ser rescindido anualmente por qualquer das Partes, mediante comunicação escrita enviada à outra Parte por correio registado com aviso de receção com uma antecedência mínima de 90 dias relativamente ao termo do ano contratual em curso.
3. O presente Contrato pode ser revisto, por acordo de ambas as Partes, nos aniversários de celebração do mesmo, sempre que se verifiquem alterações substanciais das condições subjacentes à celebração do Contrato.
4. A denúncia, rescisão ou revisão do presente Contrato nos termos dos números antecedentes da presente Cláusula não implicará qualquer penalização para nenhuma das partes.

Cláusula Décima Quarta

(Resolução do Contrato)

Sem prejuízo do preceituado na cláusula Décima Terceira antecedente, o incumprimento por uma das Partes de qualquer obrigação emergente do presente Contrato confere à outra Parte o direito de o resolver com justa causa, mediante simples comunicação escrita, caso a parte faltosa não ponha termo à situação de incumprimento decorridos 60 dias sobre a notificação que, para o efeito, a parte não faltosa lhe tenha dirigido.

Cláusula Décima Quinta

(Responsabilidade e Seguros)

1. O Segundo Contraente reconhece ter conhecimento da natureza potencialmente perigosa de resíduos de pilhas e acumuladores que transporta quando executa os serviços à Ecopilhas, e por este efeito, o Segundo Contraente será responsável por qualquer dano provocado aos resíduos de pilhas e acumuladores, causado direta ou indiretamente pela execução dos serviços e / ou pelos resíduos de pilhas e acumuladores.
2. O Segundo Contraente é obrigado a apresentar um seguro de uma entidade de idoneidade reconhecida de forma a cobrir os danos causados pelos resíduos de pilhas e acumuladores e a proteger esses mesmos, enquanto estiverem na posse do Segundo Contraente, incluindo, mas não limitado, ao que for causado por ações de terceiros como roubo, água ou fogo.
3. O Segundo Contraente deverá ser responsabilizado e indemnizar a Ecopilhas, bem como isentá-la de quaisquer danos de e contra quaisquer reclamações, ações, responsabilidades, perdas diretas, estragos, despesas (incluindo despesas legais) e despesas profissionais e outras (incluindo mas não limitado à morte e danos pessoais) que surjam de responsabilidade estatutária do Segundo Contraente ou de

qualquer entidade subcontratada, cujos atos ou omissões são responsabilidade do Segundo Contraente, e que estejam relacionadas com a realização das suas obrigações, no âmbito do presente Contrato.

4. Ambas as Partes deverão, sempre, tomar todas as medidas razoáveis e possíveis para minimizar ou mitigar qualquer perda ou dano sobre a qual cada uma das Parte tenha direito a reivindicar da outra Parte, com base no presente Contrato.
5. O Segundo Contraente deverá efetivar e manter, durante a vigência do presente Contrato, e por desempenho após resolução do Contrato, as seguintes apólices de seguro, junto de empresas seguradoras de reputação irrepreensível, de acordo com os requisitos legais aplicáveis:
 - a. Seguro de acidentes de trabalho, da responsabilidade do Empregador;
 - b. Seguro geral de responsabilidade civil, que abranja trabalhos e serviços que estejam em curso, bem como trabalhos e serviços pendentes ou já completados, que cubram lesões corporais ou perdas resultantes, direta ou indiretamente, de danos a propriedade;
 - c. Seguro de responsabilidade ambiental incluindo, mas não limitado a danos ambientais acidentais ou graduais, sejam materiais ou não, sequenciais ou não, danos à biodiversidade e operações de controlo de poluição.
6. O Segundo Contraente deverá garantir que as entidades subcontratadas também cumprem as obrigações dispostas no número anterior da presente Cláusula.
7. O Segundo Contraente garante que a execução do presente Contrato não infringirá a sua obrigação perante uma Terceira Parte, todavia não deverá aceitar qualquer obrigação que contrarie as obrigações a que está sujeito no âmbito do presente Contrato.
8. No caso de resolução do presente Contrato, o Segundo Contraente continuará a executar Operações de Transporte, relativamente a resíduos de pilhas e acumuladores, no âmbito do Contrato, anteriores à data de termo, bem como continuará a cumprir todas as suas obrigações independentemente da cessação do presente Contrato, até à conclusão de tais serviços. As provisões de pagamento, bem como as obrigações das Partes daí para a frente, serão aplicadas a tais Serviços.

Cláusula Décima Sexta

(Disposições Diversas)

1. O presente Contrato substitui e revoga quaisquer contratos e acordos anteriores, com o mesmo objeto, celebrados entre as Partes.
2. A omissão do exercício de qualquer dos direitos das Partes previstos no presente Contrato não constituirá nem será interpretada como perda ou renúncia ao posterior exercício desses direitos.
3. O presente Contrato não poderá ser emendado, alterado ou modificado, exceto por acordo escrito e assinado por ambas as Partes.
4. Salvo disposição em contrário contida nas Cláusulas antecedentes, as notificações a efetuar pelas Partes, nos termos do presente Contrato, deverão ser endereçadas, por carta registada com aviso de receção, para as moradas indicadas no cabeçalho, ficando as Partes obrigadas a comunicar, pela mesma forma, qualquer alteração do domicílio aí referido.

Cláusula Décima Sétima

(Lei Aplicável e Resolução de Litígios)

1. O presente Contrato e todos os direitos e obrigações dele emergentes serão regulados pela lei portuguesa, sendo os litígios que dele possam emergir dirimidos no foro da Comarca de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

O presente Contrato é celebrado em dois exemplares, ficando um exemplar em poder da Ecopilhas e outro em poder do Segundo Contraente.

Lisboa, (..) de (..) de (..)

Pela Ecopilhas

Pelo Segundo Contraente

(Eurico Cordeiro)

(..)

Anexo I – Serviços Alocados

O Segundo Contraente, como operador de transporte de resíduos de pilhas e acumuladores, presta os seguintes serviços descritos:

(Apresentação dos Serviços Alocados referente ao Transporte de Resíduos de Pilhas e Acumuladores)

Anexo II – Preços dos Serviços Prestados relativamente ao Transporte de Resíduos

(Apresentação dos preços de transporte, tendo em consideração as especificações e cumprimentos legais do transporte de mercadoria não perigosa, mercadoria perigosas e movimentos transfronteiriços)